

Sugerimos a definição de critérios objetivos para salvaguardar o interesse público, regulamentando a criação de comissões com a participação da sociedade civil organizada para divulgar (de maneira transparente e adequada em inúmeros canais de comunicação, de modo que atinja a todo o público interessado) e acompanhar todo o processo de implantação e implementação dos projetos de eficiência energética, para o fim de minimizar interferências políticas que, indevidamente, privilegiem determinados segmentos em detrimento de outros mais carecedores de projetos de eficiência energética.